

MÓDULO 8



O COLONIALISMO PORTUGUÊS A PARTIR DE 1930

Baixar Livros & Exames em PDF

Somos o portal MozEstuda.com, um espaço dedicado à educação e ao conhecimento. Fornecemos links para o download gratuito de materiais de acesso livre, incluindo [exames anteriores](#), [livros e diversos PDFs](#) educacionais. Nosso objetivo é facilitar o aprendizado e a pesquisa, sempre respeitando os direitos autorais e promovendo o acesso legítimo ao conhecimento. Se você apreciou este conteúdo, considere apoiar os autores e editoras adquirindo versões oficiais sempre que possível. Todos os direitos autorais pertencem aos respectivos criadores e detentores de direitos. **Não vendemos nem lucramos com as obras disponibilizadas.** Aproveite e compartilhe com outros estudantes!

Para baixar livros em PDF, acesse biblioteca.mozestuda.com e pesquise o título desejado na barra de pesquisa. Ou, se preferir, siga/ Clique os links abaixo:

BAIXAR TODOS [LIVROS ESCOLARES](#) — MOÇAMBIQUE

Toque no **nome da Classe** para Baixar todos livros em PDF

[12ª CLASSE](#)

[11ª CLASSE](#)

[10ª CLASSE](#)

[9ª CLASSE](#)

[8ª CLASSE](#)

[7ª CLASSE](#)

[6ª CLASSE](#)

[5ª CLASSE](#)

[4ª CLASSE](#)

[3ª CLASSE](#)

[2ª CLASSE](#)

[1ª CLASSE](#)

BAIXAR TODOS [MÓDULOS ESCOLARES](#) —

[MÓDULOS DO I CICLO](#)

[MÓDULOS DO II CICLO](#)

[LIVROS POR DISCIPLINAS - TODAS](#)

BAIXAR EXAMES DA **6ª CLASSE** – MOÇAMBIQUE

Toque no **nome da disciplina** para Baixar todos exames em PDF

C. NATURAIS

C. SOCIAIS

MATEMÁTICA

PORTUGUÊS

BAIXAR EXAMES DA **10ª CLASSE** – MOÇAMBIQUE

Toque no **nome da disciplina** para Baixar todos exames em PDF

BIOLOGIA

FÍSICA

GEOGRAFIA

HISTORIA

INGLÊS

MATEMÁTICA

PORTUGUÊS

QUÍMICA

BAIXAR EXAMES DA **12ª CLASSE** – MOÇAMBIQUE

Toque no **nome da disciplina** para Baixar todos exames em PDF

BIOLOGIA

DGD

FILOSOFIA

FÍSICA

FRANCÊS

GEOGRAFIA

HISTÓRIA

INGLÊS

MATEMÁTICA

PORTUGUÊS

QUÍMICA

TODOS EXAMES

TODOS EDITAIS

TODOS LIVROS

BAIXAR EXAMES DE **ADMISSÃO** — MOÇAMBIQUE

Toque no **nome da Instituição** para Baixar todos exames em PDF

IFP / Formação de Professores

UEM

UJC / **ISRI**

ISPG

ISPSONGO

AC. MILITAR

PRM

ISCAM

ICS — SAÚDE — ENSINO MÉDIO

ETP / Ensino técnico Profissional

UP / UniRios: Save, Rovuma, Licungo, ...

UNIZAMBEZE

ISPT

ISCISA

ACIPOL

CFJJ

IFAPA

EDITAIS

ENEM

VESTIBULARES

ENCCEJA

TODOS EXAMES

Conteúdos

Acerca deste Módulo	1
Lição 1	5
Lição 2	15
Lição 3	22
Lição 4	28
Lição 5	35
Lição 6	43
Lição 7	48
Lição 8	55
Lição 9	61
Soluções	68
Teste Preparação de Final de Módulo 8	71

Acerca deste Módulo

Como está estruturado este Módulo

A visão geral do curso

Este curso está dividido por módulos autoinstrucionais, ou seja, que vão ser o seu professor em casa, no trabalho, na machamba, enfim, onde quer que você deseje estudar.

Este curso é apropriado para você que já concluiu a 7ª classe mas vive longe de uma escola onde possa frequentar a 8ª, 9ª e 10ª classes, ou está a trabalhar e à noite não tem uma escola próxima onde possa continuar os seus estudos, ou simplesmente gosta de ser auto didacta e é bom estudar a distância.

Neste curso a distância não fazemos a distinção entre a 8ª, 9ª e 10ª classes. Por isso, logo que terminar os módulos da disciplina estará preparado para realizar o exame nacional da 10ª classe.

O tempo para concluir os módulos vai depender do seu empenho no auto estudo, por isso esperamos que consiga concluir com todos os módulos o mais rápido possível, pois temos a certeza de que não vai necessitar de um ano inteiro para concluí-los.

Ao longo do seu estudo vai encontrar as actividades que resolvemos em conjunto consigo e seguidamente encontrará a avaliação que serve para ver se percebeu bem a matéria que acaba de aprender. Porém, para saber se resolveu ou respondeu correctamente às questões colocadas, temos as resposta no final do seu módulo para que possa avaliar o seu despenho. Mas se após comparar as suas respostas com as que encontrar no final do módulo, tem sempre a possibilidade de consultar o seu tutor no Centro de Apoio e Aprendizagem – CAA e discutir com ele as suas dúvidas.

No Centro de Apoio e Aprendizagem, também poderá contar com a discussão das suas dúvidas com outros colegas de estudo que possam ter as mesmas dúvidas que as suas ou mesmo dúvidas bem diferentes que não tenha achado durante o seu estudo mas que também ainda tem.

Conteúdo do Módulo

Cada Módulo está subdividido em Lições. Cada Lição inclui:

- Título da lição.



- Uma introdução aos conteúdos da lição.
- Objectivos da lição.
- Conteúdo principal da lição com uma variedade de actividades de aprendizagem.
- Resumo da unidade.
- Actividades cujo objectivo é a resolução conjunta consigo estimado aluno, para que veja como deve aplicar os conhecimentos que acaba de adquirir.
- Avaliações cujo objectivo é de avaliar o seu progresso durante o estudo.
- Teste de preparação de Final de Módulo. Esta avaliação serve para você se preparar para realizar o Teste de Final de Módulo no CAA.

Habilidades de aprendizagem



Estudar à distância é muito diferente de ir a escola pois quando vamos a escola temos uma hora certa para assistir as aulas ou seja para estudar. Mas no ensino a distância, nós é que devemos planejar o nosso tempo de estudo porque o nosso professor é este módulo e ele está sempre muito bem disposto para nos ensinar a qualquer momento. Lembre-se sempre que “*o livro é o melhor amigo do homem*”. Por isso, sempre que achar que a matéria esta a ser difícil de perceber, não desanime, tente parar um pouco, reflectir melhor ou mesmo procurar a ajuda de um tutor ou colega de estudo, que vai ver que irá superar todas as suas dificuldades.

Para estudar a distância é muito importante que planeie o seu tempo de estudo de acordo com a sua ocupação diária e o meio ambiente em que vive.

Necessita de ajuda?



Ajuda

Sempre que tiver dificuldades que mesmo após discutir com colegas ou amigos achar que não está muito claro, não tenha receio de procurar o seu tutor no CAA, que ele vai ajudar lhe a supera-las. No CAA também vai dispor de outros meios como livros, gramáticas, mapas, etc., que lhe vão auxiliar no seu estudo.

Lição 1

A Conjuntura Política e Económica e os Marcos de Viragem

Introdução

Durante a primeira fase do colonialismo em Moçambique, desde cerca de 1890 até 1930, as relações económicas entre Portugal e Moçambique eram muito fracas. Neste período era o capital internacional, representado pelas companhias e pelo capital mineiro sul africano controlava quase totalmente a economia de Moçambique. Neste contexto, o período de 1930 a 1937 foi marcado pelo lançamento das bases do “Nacionalismo Económico” tendo por finalidade alterar esta situação, colocando a economia moçambicana verdadeiramente ao serviço de Portugal. Veja, então ao longo da lição como se operou a alteração da política colonial em Moçambique a partir de 1930. Bom estudo!

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- *Explicar* as origens do colonial-Fascismo em Moçambique.
- *Indicar* as razões que levaram ao golpe de Estado de 1926.
- *Caracterizar* a economia de Moçambique durante o período da crise económica mundial
- *Indicar* as características gerais do colonial-fascismo.
- *Enunciar* o Acto Colonial e a Carga Orgânica.

O Colonial - Fascismo em Moçambique

A Exploração Colonial Entre 1885 e 1930 – Síntese

Em capítulos anteriores ficou saliente que a dominação e exploração colonial de Moçambique no período de 1885 a 1930 foi em larga medida realizada no interesse da burguesia internacional, servindo Portugal como intermediário e tirando desse papel uma parte dos lucros da exploração. Devido a fraqueza da burguesia portuguesa foram pouco significativos os investimentos portugueses em Moçambique e por consequência as relações da colónia com a metrópole eram apenas de natureza comercial.



O Golpe de Estado de 1926

Fruto da política portuguesa do princípio do século XX a situação económica era autêntica bancarrota financeira e naturalmente faziam-se sentir várias manifestações de protesto. Vários ministérios sucederam-se no Governo português quando da vigência da República até que um golpe de Estado a 28 de Maio de 1926 marcou o advento do "Estado Novo" e, com a ascensão de Salazar ao poder, do fascismo em Portugal.

Até cerca de 1930 as relações económicas entre Portugal e Moçambique eram muito fracas. O Estado novo saído do golpe de Estado de 1926 tinha como objectivo alterar esta situação.

Neste contexto, o período de 1930 a 1937 foi marcado pelo lançamento das bases do "Nacionalismo Económico"- a tentativa de pôr a economia moçambicana verdadeiramente ao serviço de Portugal.

As principais acções levadas a cabo nesse sentido foram:

- a) Centralização administrativa e política;
- b) Redução dos direitos das Companhias;
- c) Estabelecimento de uma Zona de Escudo;
- d) Promoção da cultura do Algodão

A Crise Económica e a Produção em Moçambique

A crise económica mundial originou, em todas as colónias, uma redução da produção de matérias-primas cujos preços baixaram para cerca de metade em relação a 1928. Em Moçambique a baixa de preços atingiu especialmente o amendoim, milho, copra, açúcar e sisal. Apenas os preços do caju e o algodão mantiveram-se.

Em Moçambique, face a crise, os proprietários das plantações decidiram:

- Reduzir os custos (abandono das actividades dispendiosas, despedimentos de trabalhadores, encerramento de fábricas menos rentáveis;
- Compra de certos produtos aos camponeses a preços baixos (em vez de produzi-los)
- Reduções salariais
- Introdução de novos métodos de produção (uso da tracção animal, do estrume, etc.)

Amigração de mão-de-obra para África do sul e rodésia do sul também diminuiu, pois a crise provocou um declíneo na economia destes países.

O Nacionalismo Económico de Salazar

O estado de ditadura fascista emergente do golpe de estado de 1926 e consolidado em 1930 com a ascensão do então ministro das finanças António de Oliveira Salazar para o cargo de Primeiro-ministro tomou de imediato medidas para impulsionar o desenvolvimento do capitalismo português através de uma política nacionalista que protegia tanto na metrópole como nas colónias a fraca burguesia portuguesa ante a competição do grande capital internacional.

O Governo de Salazar instalou-se como um governo de compromisso e de arbitragem, e também como um governo bloqueador da luta de classes. As suas funções, como escreveu um historiador, consistiam, por um lado, em coordenar os interesses divergentes das fracas camadas da burguesia de modo a defender a sua posição contra possíveis ataques das classes não privilegiadas (operários e camponeses) e, por outro lado, em proteger os interesses da burguesia contra o capital estrangeiro. Por outras palavras: o fascismo português foi o molde para criar e consolidar o capitalismo português, através de uma feroz repressão do proletariado metropolitano e dos povos das colónias.

O "Estado Novo" corporativista nem era o governo dos monopólios nem o governo de todas as fracções da burguesia, mas sim o governo de maioria da burguesia em nome da qual se exercia a ditadura sobre o proletariado. Em defesa do seu papel de mediano e de árbitro "acima" das várias facções, impedia a concorrência, destruía os partidos políticos, protegia a pequena e média indústrias e aliava-se com os proprietários rurais - uma aliança que não significava a hegemonia dos capitalistas fundiários do bloco no poder, mas que era, porém, um considerável travão à industrialização portuguesa.

Ao fascismo português, forma de Estado de excepção da ditadura da burguesia, competiu acelerar a acumulação de capital. Para isso, além de destruir as organizações do proletariado (redução dos sindicatos, supressão dos direitos de greve, etc.) e de o tentar integrar no sistema corporativo, intensificou a exploração colonial, protegeu-se dos investimentos estrangeiros e utilizou o intervencionismo estatal na economia, garantindo a sobre-exploração da mão-de-obra.

O resultado desta política foi a formação e consolidação lenta mas contínua de um capitalismo português. A grande dependência de países estrangeiros foi largamente superada através de dificuldades impostas ao capital estrangeiro e da diversificação de fontes externas da capital em vez da hegemonia de uma única como acontecia com a posição da Inglaterra.

O Acto Colonial

Com o fascismo português apareceu o controlo estreito das colónias e o primeiro esforço sistemático para oferecer a burguesia portuguesa uma fatia mais substancial do grande bolo colonial.



Nas colónias o nacionalismo salazarista encontrou expressão legal no Acto Colonial - a magna carta da burguesia portuguesa.

No acto colonial definia-se uma nova política colonial na base da ideia de que nos territórios coloniais se vinha verificando uma cada vez maior submissão a interesses do capital internacional não português e que era preciso inverter esse estado de coisas. A política do estado fascista até a segunda metade dos anos 1950 e de evitar a entrada de capital estrangeiro tanto na metrópole como nas colónias.

Como escreveu Salazar, "os territórios ultramarinos eram uma solução lógica para o problema da superpopulação de Portugal, para estabelecer nacionais portugueses nas colónias e para que as colónias produzam matérias-primas para vender a Mãe-Pátria em troca de produtos manufacturados. Por isso, a Mãe-Pátria e as Colónias deveriam estar preparadas para sacrifícios mútuos".

O Estado fascista português começou por restringir o controlo político e administrativo das companhias, reduzindo-as à sua base produtiva. Em 1942 cessaram os poderes majestáticos da Companhia de Moçambique dando lugar a unificação da administração de todo o território, passando a estar sujeito às mesmas leis e aos mesmos interesses coloniais no quadro da política nacionalista de Salazar.

O acto colonial de 1930 havia definido como competência exclusiva do Estado a Administração, a cobrança de imposto e mesmo a exploração de portos. Outro elemento importante foi a definição de um estatuto especial dos indígenas - base para o recrutamento de força de trabalho para as empresas capitalistas e dos colonos.

Porém, se esse controlo passou a ser monopólio do Estado colonial, a base produtiva das companhias, não foi, em sua essência afectada, se bem que os administradores portugueses tivessem penetrado nelas.

Por outro lado, a preocupação de Salazar com o equilíbrio orçamental de cada colónia, bem como com a sua balança de pagamentos, não revestia, como mostrou um economista, um interesse meramente "financeiro". A consolidação de uma burguesia portuguesa forte far-se-ia não com a intervenção de fundos nas colónias mas com uma acumulação rápida na metrópole.

É deste ponto de vista que se compreende o facto, aparentemente contraditório, de, no mesmo ano (de 1928) terem sido regulamentados o Código de trabalho Rural e a Convenção com a África do Sul. O código sistematizava o princípio do trabalho forçado e alimentou directamente a cultura forçada do algodão. Por sua vez a cultura algodoeira fortaleceu a burguesia industrial portuguesa. A convenção significava o aparecimento externo (África do Sul) de uma riqueza considerável (mão de obra de Moçambique).

A política de Salazar ao manter os laços com a África do Sul cingia-se de perto com o seu princípio de "economia de esforço" e o corte desses laços implicaria o estancamento de uma importante fonte de riqueza. Por isso, Salazar preferiu manter o envio de mão-de-obra a África do sul, e escutar



os protestos dos colonos, que reclamavam a falta de trabalhadores para as duas herdades.

A verdadeira "pedra de toque" do nacionalismo económico foi a introdução da cultura forçada do algodão em Angola e em Moçambique. Diferentemente das companhias que se serviam da venda forçada de força de trabalho, Portugal usaria a venda forçada de uma cultura de mercado, o algodão.

Em resumo a política colonial deste período baseou-se no princípio de que as colónias deviam ser fonte de matérias-primas para a metrópole e mercados das manufacturas portuguesas bem como recipientes dos desempregados portugueses. Desta forma Moçambique torna-se um importante fornecedor de algodão para a indústria portuguesa, consumidor de vinho e têxteis portugueses e albergue de camponeses empobrecidos em Portugal tanto em regime de colonatos como nas cidades.

Resumo da Lição



Resumo

No período de 1885 a 1930 foram pouco significativos os investimentos portugueses em Moçambique e por isso as relações da colónia com a metrópole eram apenas de natureza comercial.

A crise económica mundial originou, por sua vez, a redução da produção de matérias-primas cujos preços baixaram para cerca de metade em relação a 1928, especialmente o amendoim, milho, copra, açúcar e sisal.

No período de 1930 a 1937 foram lançadas as bases do “Nacionalismo Económico”- na tentativa de pôr a economia moçambicana verdadeiramente ao serviço de Portugal.

O Estado Novo tomou medidas para impulsionar o desenvolvimento do capitalismo português através de uma política nacionalista que protegia a fraca burguesia portuguesa da competição do grande capital internacional.

O "Estado Novo", como medianeiro e árbitro "acima" das várias facções, impedia a concorrência, destruiu os partidos políticos, protegia a pequena e média indústrias e aliava-se com os proprietários rurais. Para uma rápida acumulação de capital o Estado Novo a intensificou a exploração colonial, protegeu-se dos investimentos estrangeiros e utilizou o intervencionismo estatal na economia, garantindo a sobre-exploração da mão-de-obra.

Nas colónias o nacionalismo salazarista encontrou expressão legal no Acto Colonial que definia uma nova política colonial na base da ideia de que nos territórios coloniais se vinha verificando uma cada vez maior submissão a interesses do capital internacional não português e que era preciso inverter esse estado de coisas.

Caro estudante, agora que já concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:

Actividades



Actividades

1. A política portuguesa do princípio do século XX conduziu a uma realidade económica descrita como:
 - a) De estabilidade financeira
 - b) De decréscimo da produção
 - c) De autêntica bancarrota financeira
 - d) De progresso bastante acentuado.

2. "Estado Novo" corporativista assumia-se como o governo:
 - a) dos monopólios
 - b) de todas as fracções da burguesia
 - c) de maioria da burguesia
 - d) do proletariado.

3. expressão legal do nacionalismo nas colónias foi:
 - a) Acto Colonial, a magna carta da burguesia portuguesa.
 - b) golpe de Estado de 1926
 - c) decreto de 1890 que introduziu as companhias
 - d) Extinção das companhias majestáticas a partir de 1929.

4. No ano de 1928 a publicação do Código de trabalho Rural e a da Convenção com a África do Sul, é algo contraditório pois:
 - a) Estes documentos foram publicados numa altura em que Portugal defendia o fim da dependência do exterior
 - b) código sistematizava o trabalho forçado e a convenção visava o incremento da migração para a África do Sul.
 - c) código regulava questões ligadas a Moçambique e a convenção as relações entre Moçambique e África do sul



d) Os dois documentos foram de governos diferentes

1. c)

3. a)

2. c)

4. b)

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação



Avaliação

1. Governo de Salazar propunha-se a criar e consolidar o capitalismo português, através de:
 - a) Aperfeiçoamento da estrutura político-administrativa colonial
 - b) Intensificação da cobrança de impostos
 - c) Repressão do proletariado metropolitano e dos povos das colónias.
 - d) Subsídios a emergente burguesia portuguesa

2. Assinale com V as afirmações verdadeiras e F as falsas
 - a) Acto Colonial reservou ao Estado a Administração, a cobrança de imposto e a exploração de portos.
 - b) À luz do Acto Colonial, não era tarefa do Estado recrutar força de trabalho para as empresas capitalistas e dos colonos
 - c) A extinção das companhias majestáticas não afectou a sua base produtiva.
 - d) A extinção das companhias majestáticas alterou profundamente a sua base produtiva.

3. Algumas das medidas tomadas pelo Estado Novo em defesa do seu papel de medianeiro e de árbitro foram:
 - a) Incentivar a concorrência e a criação de partidos políticos
 - b) Impedir a concorrência, destruir os partidos políticos
 - c) Combater a pequena e média indústria e aliar-se com os proprietários
 - d) Colocar um travão à industrialização portuguesa.



4. Como se explica a preocupação de Salazar com o equilíbrio orçamental e a balança de pagamentos de cada colónia?
 - a) Por um interesse meramente "financeiro".
 - b) Pela necessidade de consolidação de uma burguesia portuguesa forte através de uma acumulação rápida na metrópole.
 - c) Pela necessidade de consolidação de uma burguesia portuguesa forte com a intervenção de fundos nas colónias

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Lição 2

O Capital Comercial no Quadro da Agricultura Forçada: O Caso do Algodão, Arroz e Chá

Introdução

Uma das mais importantes indústrias portuguesas era a indústria têxtil. Ora, o desenvolvimento desta indústria pressupunha o aumento progressivo dos níveis de produção de algodão, a principal matéria-prima. No início do século XX o crescimento da indústria têxtil portuguesa tinha na escassez de matéri-prima um dos seus obstáculos. Que soluções foram encontradas? Como foi montado o novo esquema de produção de algodão? Siga atentamente a lição!

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- *Caracterizar* o contexto histórico que antecedeu a introdução das culturas forçadas
- *Descrever* a estrutura organizativa das culturas forçadas
- *Explicar* o impacto das culturas forçadas

As Culturas Forçadas

Antes de 1926 Moçambique e Angola produziam cerca de 800 toneladas de algodão contra as 17000 toneladas que a indústria têxtil portuguesa necessitava anualmente. Assim já em Novembro de 1926 Portugal decretou o cultivo de algodão por camponeses africanos (lei que vigorou até 1961 mas reforçada em 1946 pelo decreto nº 35844).

A Organização do Processo de Produção

Este cultivo de algodão por camponeses tornou-se de facto uma obrigação. Segundo a lei o governo fazia concessões de terras (algodoeiras) a companhias que se comprometiam em erguer uma fábrica de descarçamento de algodão e um armazém bem como a fornecer sementes às populações camponesas e a adquirir desta o algodão colhido.



O cultivo do algodão foi responsabilizado aos camponeses africanos num sistema fortemente controlado por agentes da administração e das companhias concessionárias. Os camponeses africanos viam-se obrigados a cultivar o algodão com os seus próprios meios de produção e vender a colheita a preços à companhia que lhes forneceu as sementes.

Impacto da cultura forçada do algodão

Este sistema reduzia o tempo e os meios do campesinato para o cultivo da sua subsistência.

Os resultados para a indústria portuguesa foram que já em 1929 as colónias abasteciam o suficiente para deixar ainda um défice de 13000 (que Portugal tinha que comprar noutros lugares) para em 1942 Moçambique produzir 23 000 toneladas e Angola 6 000 abastecendo em conjunto 82 000 % das necessidades portuguesas ficando um défice de 3 000 toneladas.

A JEAC

Para controlar todos os aspectos da produção e comercialização do algodão o governo criou em 1938 a Junta de Exportação de Algodão Colonial (JEAC) com sede em Lisboa.

A junta começou por procurar aumentar a cultura de algodão através de reuniões de propaganda nos regulados promovidos por administradores agentes da JEAC e missionários onde se dizia que esta cultura traria benefícios para os camponeses com o dinheiro que poderiam obter e com as roupas mais baratas que poderiam comprar.

Se algum ânimo existiu inicialmente cedo começaram a manifestar-se entre os camponeses os resultados negativos: arbitrariedades na classificação e pesagem do algodão, baixos preços, fome etc.

Os camponeses protestavam fugindo para zonas onde não existia o cultivo do algodão ou para territórios vizinhos, torrando a semente antes de lançá-la à terra ou mesmo juntando pedras nos sacos de algodão para aumentar o seu peso.

Mas as autoridades reforçaram a vigilância organizando e controlando de perto o processo do cultivo muito em particular através da concentração de camponeses em melhores terras algodoeiras (sistema de picadas) e imposição do prolongamento do trabalho.

Outra cultura foi a do arroz. Esta visava abastecer as necessidades alimentares da população urbana e surgiu no contexto da Segunda Guerra Mundial em que se tornava difícil a importação do arroz do Sudeste asiático. O governo decidiu criar círculos orizícolas e entregar o fornecimento de sementes aos camponeses africanos e a compra do



produto a concessionários europeus num modelo repressivo semelhante ao da cultura do algodão.

Sobre os efeitos negativos desta cultura um alto membro da hierarquia católica da época testemunha que o concessionário de zonas orizícolas tem o monopólio da compra do arroz. O camponês africano recebe com antecipação o quantitativo que fica obrigado a fornecer após a colheita. Sucede que ou porque o quantitativo fixado era elevado ou por más colheitas o camponês produziu menor quantidade que aquela que devia fornecer ao concessionário.

Nestas condições ele cede tudo o que colheu e fica obrigado a comprar o restante até completar a referida soma estabelecida para entrega. E esta compra é feita a outros camponeses ou ao próprio concessionário sempre a preço superior ao da venda! Por este motivo muitos camponeses africanos emigram para os territórios vizinhos.



Resumo da Lição



Resumo

Até 1926 Moçambique e Angola produziam cerca de 5% do algodão que a indústria têxtil portuguesa necessitava. Assim em Novembro de 1926 Portugal decretou o cultivo obrigatório de algodão por camponeses africanos.

O cultivo do algodão foi responsabilizado aos camponeses africanos num sistema fortemente controlado por agentes da administração e das companhias concessionárias

Para controlar todos os aspectos da produção e comercialização do algodão o governo criou em 1938 a Junta de Exportação de Algodão Colonial (JEAC) com sede em Lisboa.

Outra cultura foi a do arroz. Esta visava abastecer as necessidades alimentares da população urbana e surgiu no contexto da Segunda Guerra Mundial em que se tornava difícil a importação do arroz do Sudeste asiático. O governo decidiu criar círculos orizícolas e entregar o fornecimento de sementes aos camponeses africanos e a compra do produto a concessionários europeus num modelo repressivo semelhante ao da cultura do algodão.

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Este comando não é de avaliação

Actividades



Actividades

1. Quando é que foi decretado o cultivo forçado do algodão em Moçambique?
 - a) 1926
 - b) 1930
 - c) 1946
 - d) 1961

2. No âmbito das culturas forçadas, o cultivo do algodão foi responsabilizado:
 - a) aos camponeses africanos
 - b) aos agentes da administração
 - c) companhias concessionárias.
 - d) As fábricas de descaroçamento

3. Que medidas foram tomadas pelas autoridades coloniais diante dos protestos contra as culturas forçadas?
 - a) Recrutamento de camponeses fora das zonas de produção de algodão
 - b) Introdução do sistema de picadas e prolongamento da jornada de trabalho.
 - c) Aumento da repressão policial
 - d) Introdução de estímulos como subsídios, bónus de produtividade e promoções.



Guia de Correção

1. a)
2. a)
3. b)

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação



Avaliação

1. Assinale com V as afirmações verdadeiras e F as falsas sobre o sistema de cultivo de algodão
 - a) As concessões algodoeiras eram feitas a favor de companhias algodoeiras.
 - b) As concessões algodoeiras eram feitas a favor de camponeses que deviam vender o algodão ao estado.
 - c) As concessões algodoeiras eram feitas a favor de fábricas de descaroçamento de algodão.
 - d) As companhias algodoeiras eram obrigadas a erguer uma fábrica de descaroçamento e um armazém.

2. As consequências do cultivo forçado de algodão para os africanos foram:
 - a) Redução do tempo e dos meios do campesinato para o cultivo da sua subsistência.
 - b) Aumento do tempo e dos meios do campesinato para o cultivo da sua subsistência.
 - c) Aumento da produtividade na agricultura de subsistência
 - d) Diminuição de casos de fome entre os camponeses

3. Assinale com V as afirmações verdadeiras e F as falsas
 - a) Com a criação da JEAC os problemas ligados à comercialização do algodão ficaram resolvidos
 - b) Apesar da criação da JEAC, continuaram as arbitrariedades na classificação e pesagem do algodão, baixos preços, etc.
 - c) Opondo-se às culturas forçadas os camponeses protestavam fugindo para territórios vizinhos, torrando as sementes, etc.
 - d) Apesar do impacto negativo das culturas forçadas os camponeses nunca optaram por qualquer forma de protesto

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Lição 3

A Continuação da Exportação Mão-de-obra e da Dependência em Relação ao Capital Estrangeiro

Introdução

O Nacionalismo Económico de Salazar definia como proposta de actuação a redução da dependência em relação ao capital estrangeiro. Não obstante este posicionamento, no concernente a exportação de mão-de-obra, o Estado Novo tomou sempre medidas que contrastavam com esta ideia. Porque será que o Estado colonial ao mesmo tempo que falava na diminuição da dependência em relação ao estrangeiro estimulava a exportação da Mão-de-obra? Veja a resposta a esta e outras questões na presente lição!

Ao concluir esta unidade você será capaz de:

- *Explicar* porque é que Portugal continuar a exportar mão-de-obra para a África do Sul na época do Colonial-Fascismo
- *Indicar* a legislação que sustentou as relações entre o Estado Colonial em Moçambique e o capital mineiro sul-africano
- *Explicar* o papel de Moçambique para com a África do Sul no âmbito das novas relações.



Objectivos

O Prosseguimento da Exportação de Mão-de-obra

Dadas as condições objectivas em que se encontrava a burguesia portuguesa, a política do nacionalismo económico ao contrário de enfraquecer as ligações económicas de Moçambique com os centros mais desenvolvidos da África austral, sob forma de fornecimento de trabalhadores migrantes e de prestação de serviços ferro-portuários, como vinha acontecendo, intensificou-as renovando e aperfeiçoando em 1928 os acordos com a África do Sul.

Embora para os interesses da burguesia e pequena burguesia dos colonos tais ligações entrassem a sua capacidade de atrair trabalhadores para as

suas empresas pagando-lhes salários competitivos a burguesia portuguesa não tinha capacidade para evitar e dispensar esta actuação do capital estrangeiro. Mais ainda, para Moçambique, a ligação com a África do Sul constituía principal fonte de rendimento do governo e o sistema de pagamento diferido obrigatório de parte considerável do salário dos trabalhadores migrantes moçambicanos assegurava a entrada de divisas em Moçambique.

Pela convenção de 1928 revista em 1934 e 1940, 50 a 55% das importações do Transvaal por mar deviam ser feitas através de Lourenço Marques; o mineiro moçambicano era contratado por 12 meses para trabalhar no Transvaal, contrato renovável por mais seis meses mas findo os quais era obrigado a regressar a terra; uma parte do salário do mineiro era entregue à autoridades portuguesas que pagariam ao mineiro no seu regresso a Moçambique.

Vemos que devido a natureza relativamente atrasada do capitalismo português a economia colonial de Moçambique ficou integrada no complexo económico integrado no complexo económico capitalista da África austral prestando dois serviços essenciais:

- a) Fornecimento de saídas para o mar através do desenvolvimento de linhas de caminho-de-ferro ligando parte das economias sul-africanas e rodesianas aos portos de Lourenço Marques e Beira;
- b) Fornecimento de trabalhadores para as minas e agricultura sul-africanas e rodesianas.

As receitas de transportes e de trabalho migratório constituíam a mais importante fonte de divisas para a economia colonial de Moçambique.



Resumo da Lição



Resumo

Nesta unidade você aprendeu

Durante o período do nacionalismo económico, ao contrário de enfraquecer as ligações económicas de Moçambique com os centros mais desenvolvidos da África austral, intensificou-as renovando e aperfeiçoando em 1928 os acordos com a África do Sul.

Esta ligação era inevitável tendo em conta o peso que o rendimento da exportação de mão-de-obra tinha para a economia de Moçambique. Mais ainda, o sistema de pagamento diferido obrigatório de parte considerável do salário dos trabalhadores migrantes moçambicanos assegurava a entrada de divisas em Moçambique.

Pela convenção de 1928 revista em 1934 e 1940, foi regulado o intercâmbio entre Moçambique e a África do Sul no período do Colonial-Fascismo.

Caro estudante, agora que ja concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:

Actividades



Actividades

1. Assinale com um ✓ a alínea que melhor completa a frase “com a política do nacionalismo económico a migração de trabalhadores moçambicanos para África do Sul”...
 - a) Aumentou
 - b) Diminuiu
 - c) Não registou alterações
 - d) Manteve

2. Uma das principais vantagens da ligação entre Moçambique e África do Sul era a obtenção de divisas através:
 - a) Da entrada livre de divisas
 - b) Do desenvolvimento do comércio em Moçambique
 - c) Do sistema de pagamento diferido obrigatório
 - d) Da cobrança de impostos aos mineiros.

3. O sistema de pagamento diferido obrigatório foi introduzido
 - a) Pelo acordo de 1914
 - b) Convenção de 1928
 - c) Acordo de 1934
 - d) Acordo de 1940

4. No âmbito das relações económicas entre Moçambique e África do Sul, cabia a Moçambique o papel de:
 - a) Fornecimento de saídas para o mar e de trabalhadores para as minas e agricultura sul-africanas e rodesianas.
 - b) Fonte de divisas para a economia colonial de Moçambique.
 - c) Consumo de toda a produção da indústria sul africana



Guia de Correção

1. a)
2. c)
3. b)
4. a)

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação



Avaliação

1. Como se explica a intensificação das relações económicas entre Moçambique e África do Sul durante o Nacionalismo Económico?
 - a) Os interesses da burguesia nessas ligações entravavam a sua capacidade de atrair trabalhadores;
 - b) As empresas não tinham capacidade de pagar salários competitivos
 - c) A burguesia portuguesa não tinha capacidade para evitar e dispensar a actuação do capital estrangeiro.
 - d) Moçambique e África tinham relações muito antigas

2. Entre outros aspectos, a convenção de 1928 estabelecia que:
 - a) 50 a 55% das importações do Transvaal por mar deviam ser feitas através de Lourenço Marques
 - b) moçambicano era contratado por 18 meses renováveis por mais seis meses findo os quais devia regressar à terra
 - c) moçambicano era contratado por 12 meses renováveis por mais seis meses findo os quais, se quisesse, regressava a terra

3. O sistema de pagamento diferido consistia em:
 - a) Pagar parte do salário do mineiro no seu regresso a Moçambique.
 - b) Pagar todo o salário do mineiro na África do Sul
 - c) Pagar salários diferentes de acordo com o nível de formação de cada trabalhador
 - d) Pagar irregularmente o salário.

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!



Lição 4

A Política Social: a Crescente Importância da Colonização Mental

Introdução

Uma das questões-chave da dominação colonial é a que tinha a ver com a maneira como se poderia garantir a submissão e colaboração dos africanos. Tendo em atenção esta realidade, o estado colonial procurou desde o princípio por em marcha uma política social, ou seja um sistema de relações sociais entre as autoridades coloniais e os africanos, que garantisse esse objectivo. Entre as estratégias adoptadas destaca-se a colonização mental, ou seja o uso da religião e da educação para “amansar” e subjugar os africanos. Vejamos, então, ao longo da lição, como isso se processou.

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- *Explicar* como estava organizada a educação na colónia até 1930
- *Explicar* o impacto da educação na dominação colonial antes de 1930.
- *Descrever* os passos da aliança entre o Estado colonial e a igreja católica durante o período do Estado Novo de Salazar.
- *Explicar* o conteúdo do Acordo Missionário de 1940 e do Estatuto Missionário de 1941.
- *Analisar* o impacto da aliança entre o Estado colonial e a igreja na materialização dos objectivos do coloniais definidos no contexto do Nacionalismo Económico

A Crescente Importância da Colonização Mental

Até 1930 o desenvolvimento educacional em Moçambique havia seguido as linhas de desenvolvimento económico colonial. A educação dos africanos foi restringida à formação de trabalhadores manuais por forma a apoiar o desenvolvimento capitalista colonial mas esta política não seguiu uma base rigorosamente planifica e uniforme:

- Predominavam missões protestantes não portuguesas na evangelização e educação;
- A expansão das missões católicas foi limitada por falta de recursos devido à política de laicidade do estado republicano desde 1911;
- próprio estado colonial pouco tinha gasto na construção de escolas.

Nestas condições e existindo um controlo insuficiente dos programas de ensino e ampla penetração não portuguesa os resultados eram insatisfatórios para os portugueses e incompatíveis com a dinâmica colonial. Por isso no quadro da política nacionalista de Salazar desde 1930 procurou-se corrigir a situação também neste domínio.

Depois de mais de uma década de separação do estado da igreja, em 1926, foi renovado o papel especial da igreja católica na colonização. Pelo Acto Colonial de 1930 as missões católicas receberam privilégios na base de o catolicismo ser a religião nacional e por consequência as missões católicas deverem ser instrumentos de civilização e influência nacional nas colónias.

A aliança entre a igreja católica e o estado português foi formalizada ao mais alto nível entre o governo central de Lisboa e o Vaticano em 1940 com a assinatura do ACORDO MISSIONÁRIO que estabeleceu subsídios estatais para as missões; estas podiam fundar e dirigir escolas para indígenas e europeus, colégios masculinos e femininos, institutos de ensino elementar secundário e profissional, catecumenatos, ambulâncias e hospitais. Nas escolas indígenas era obrigatório o ensino da língua portuguesa podendo as línguas indígenas serem usadas no ensino da religião, conforme os princípios da igreja.

Em 1941 o ESTATUTO MISSIONÁRIO aclarava melhor o preceituado no "acordo" ao estabelecer que o Estado garantia à igreja católica no Ultramar o livre exercício da sua autoridade sem impedimentos. Missões católicas portuguesas são consideradas instituições de utilidade imperial e sentido eminentemente civilizador. Os Bispos passavam a receber salário estatal equivalente ao de governadores dos distritos coloniais e os Arcebispos vencimento igual ao dos Governadores-Gerais.

No mesmo ano (1941), através de um decreto, foi proibida a atribuição de subsídios a outras missões que não fossem portuguesas e católicas.

O papel principal atribuído às missões católicas foi o ensino dos indígenas. A responsabilidade da educação das massas africanas é atribuída às missões católicas subsidiadas e apoiadas pelo estado como instrumentos de "civilização" e influência nacional portuguesa.

Investidas de autoridade as missões católicas iniciaram uma campanha de expansão com o objectivo de atacar as missões protestantes não portuguesas e reduzir a massa populacional sob sua influência o que pode ser ilustrado pelos números que se indicam no quadro abaixo.



Anos	1930	1950	1960
Missões católicas	276	851	2925
Missões protestantes	41	39	23

Simultaneamente todas as crianças africanas de 7 - 10 anos residindo num raio 3 km de uma missão eram compulsivamente obrigadas a frequentar a escola da missão.

O objectivo do ensino missionário para os africanos era civilizar e nacionalizar os indígenas difundindo entre eles a língua e os costumes portugueses. Para o efeito este ensino incluía a aprendizagem da língua portuguesa, Aritmética, Geografia e História de Portugal, Desenho, Trabalhos manuais, Educação Física e Higiene, Moral e Religião e Canto Coral.

Mais do que aporuguesar, este ensino dirigia-se aos africanos convista "*a aquisição de hábitos e aptidões de trabalho de harmonia com os sexos, condições e conveniências das economias regionais (...), o abandono de ociosidades e a preparação de futuros trabalhadores rurais e artífices que produzam o suficiente para as suas necessidades e encargos sociais*".

Este mesmo ensino lançava as bases da assimilação entendida como "portugalização" dos africanos de modo a arrastar uma parte da população de Moçambique a favor da portugalidade que servisse de ponte entre a população colonizada e o poder colonial. Mas esta portugalização teve sempre limites de modo a que os assimilados não reivindicassem direitos iguais aos brancos e impedir um fluxo enorme de populações africanas para as cidades.

Como se pode ver o ensino missionário era dirigido exclusivamente as crianças africanas existindo o ensino oficial para os filhos das comunidades colona, mulatos e assimilados. Tal separação era justificada como sendo para proveito de uns e outros argumentando-se que uns ainda estavam por civilizar enquanto outros já eram civilizados.

Este ensino oficial seguia os programas da metrópole onde os professores eram recrutados e concentrava-se nas principais cidades com destaque para Lourenço Marques.

O ensino oficial primário era constituído por quatro anos de escolaridade enquanto o estudante que fosse iniciado pelo ensino missionário tinha sete anos de escolaridade para concluir a quarta classe (Cartilha maternal D. João de Deus - I parte; Cartilha maternal D. João de Deus - II parte, 1 classe; 2 classe; 3 classe rudimentar; 3 classe elementar; 4 classe).

Devido ao desenvolvimento económico dos anos 1940/1950 registou-se um influxo maior de população colona. Para garantir a produção em escalas maiores de uma elite branca de supervisão e administração

registou-se nesta época a abertura de 3 liceus e cinco escolas técnicas oficiais em L. Marques, Inhambane, Beira, Quelimane e Nampula; predominando nos liceus os filhos da população colona mais abastada e nas escolas técnicas os dos mais desfavorecidos.

As crianças africanas tinham poucas hipóteses de entrar para a escola secundária. Entravam tarde na escola da missão; reprovavam muitos; a 4ª classe existia só nas escolas paroquiais; o limite de idade para o ingresso na escola secundária era 12/13 anos e o custo das propinas era insuportável para os africanos.

Resumo da Lição



Resumo

Nesta unidade você aprendeu

Até 1930 o desenvolvimento educacional em Moçambique havia seguido as linhas de desenvolvimento económico colonial, sendo a educação dos africanos restringida à formação de trabalhadores manuais por forma a apoiar o desenvolvimento capitalista colonial.

A partir de 1930 as missões católicas receberam privilégios na condição de estas servirem como instrumentos de civilização e influência nacional nas colónias.

A aliança entre a igreja católica e o estado português foi formalizada pelo Acordo Missionário de 1940 reforçado pelo Estatuto Missionário de 1941.

O papel principal das missões católicas foi o ensino dos indígenas, com a finalidade de civilizar e nacionalizar os indígenas difundindo entre eles a língua e os costumes portugueses. Para isso as missões beneficiavam de subsídios e apoios do estado.

O ensino missionário, dirigido exclusivamente as crianças africanas, existiu em paralelo ao ensino oficial destinado aos filhos das comunidades colona, mulatos e assimilados e que seguia os programas da metrópole onde os professores eram recrutados e concentrava-se nas principais cidades com destaque para Lourenço Marques.

Caro estudante, agora que ja concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:



Actividades



Actividades

1. Assinale com um ✓ a (s) característica (s) da igreja em Moçambique entre 1911 e 1926
 - a) Predomínio das missões protestantes não portuguesas;
 - b) Expansão das missões católicas devido à laicidade do estado;
 - c) Grandes investimentos do estado na construção de escolas.
 - d) Convivência harmoniosa entre as missões católicas e protestantes.

2. Assinale com V as afirmações verdadeiras e F as falsas a cerca da educação no contexto do Estado Novo.
 - a) A partir de 1930 o ensino dos indígenas foi encarregue, pelo estado colonial, às missões católicas.
 - b) A partir de 1930 o estado colonial assumiu directamente o ensino dos indígenas para melhor controlá-los.
 - c) A partir de 1930 o ensino dos indígenas foi encarregue, pelo estado colonial, às missões católicas e protestantes.
 - d) Para realizar a sua tarefa de educar as massas africanas as missões católicas eram subsidiadas e apoiadas pelo estado.

3. Qual era o objectivo do ensino missionário para os africanos?
 - a) Civilizar e nacionalizar os indígenas difundindo entre eles a língua e os costumes portugueses, ou seja “aportuguesar os africanos”.
 - b) Preparar técnica e profissionalmente os africanos para acompanhar a industrialização na economia colonial
 - c) Obrigar todas as crianças africanas de 7-10 anos residindo num raio 3 km de uma missão a frequentar a escola da missão.
 - d) Formar academicamente os africanos para que fosse capazes de frequentar níveis mais altos incluindo a Universidade



1. a)
2.
 - a) V
 - b) F
 - c) F
 - d) V
3. a)

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.



Avaliação



Avaliação

1. Que privilégios foram concedidos às missões católicas pelo estado português à luz do acordo missionário?
 - a) Isenções a todo o tipo de impostos
 - b) Subsídios e apoios estatais
 - c) Direito de fundar e dirigir escolas para indígenas e europeus, bem como ambulâncias e hospitais.
 - d) Direito de fundar igrejas católicas em locais de predominância protestante

2. Assinale com um ✓ a afirmação verdadeira:
 - a) O estatuto missionário conferia salários aos missionários mas apenas ao nível das necessidades básicas destes.
 - b) O Estatuto Missionário não garantia à igreja católica no Ultramar o livre exercício da sua autoridade sem impedimentos.
 - c) As Missões católicas portuguesas eram consideradas instituições de utilidade imperial e sentido eminentemente civilizador.
 - d) Apesar do grande papel da igreja os Bispos, Arcebispos e outros membros não beneficiavam de remunerações pagas pelo estado.

3. Assinale com um ✓ a afirmação correcta:
 - a) O ensino missionário era dirigido as crianças africanas e assimilados, e o ensino oficial para os filhos dos colonos e mulatos.
 - b) O ensino missionário era dirigido as crianças africanas, filhos dos colonos, mulatos e assimilados.
 - c) O ensino missionário era dirigido só às crianças africanas existindo o ensino oficial para os filhos dos colonos, mulatos e assimilados.
 - d) O ensino missionário era dirigido as crianças africanas cujos pais não tinha poder económico para pagar a escola oficial.

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Lição 5

Alterações na Política Colonial

Introdução

A partir de meados do século XX registou-se a nível da política colonial portuguesa alterações mais ou menos profundas. Neste período aumentou significativamente a população colona em Moçambique e foram levadas a cabo acções para uma exploração mais efectiva dos recursos de Moçambique. Nesta lição você irá, caro aluno estudar porque é se operaram essas mudanças. Bom estudo!

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- *Explicar* os principais factores das alterações na política colonial
- *Descrever* as principais realizações no âmbito da nova política colonial
- *Explicar* o sentido da criação dos colonatos e dos planos de fomento

Alterações na Política Colonial

Como já em aulas anteriores foi salientado o Estado Novo Salazarista na base das medidas de protecção da burguesia portuguesa contra os ataques das classes nacionais e coloniais desfavorecidas e contra a concorrência do capital internacional garantiu uma forte acumulação que veio a ser favorecida pela II Guerra Mundial.

Neste período devido a neutralidade face à guerra e aos blocos beligerantes e ao afluxo de divisas provenientes das colónias Portugal vê incrementado o seu comércio externo, uma maior acumulação de reservas e de receitas públicas - o que veio a permitir um novo impulso à industrialização de Portugal depois desta guerra registando-se depois disso a formação de grupos monopolistas portugueses e por consequência a possibilidade de canalizar investimentos portugueses para as suas colónias.

O processo da industrialização de Portugal trouxe como consequência imediata a proletarização de massas significativas de camponeses portugueses que permanecendo em Portugal sem emprego constituíam uma camada potencialmente perigosa para a estabilidade social e política.



Por outro lado, muitos procuravam no mundo europeu possibilidades de emprego o governo procurou canalizar essa massa para as colónias onde converter-se-iam numa camada leal ao governo não só no desenvolvimento económico das colónias como na manutenção da autoridade colonial.

Vemos entre 1945/50 e 1960 uma vaga de povoamento colono organizado oficialmente pelo Estado, entre 1952 e 1960 o número de colonos fixados em Moçambique foi superior a 13 000 colonos.

Esta população era canalizada para os colonatos de Limpopo (Gaza), Revue e Sussundenga (Manica), Nova madeira (Niassa) e Montepuez (C.Delgado).

Colonatos eram regiões de ordenamento e fixação dos colonos europeus organizados no modelo da propriedade rural portuguesa com o objectivo de absorver a massa proletarizada em Portugal e estabelecer barreiras ao desenvolvimento de qualquer movimento nacionalista que dava os primeiros passos em Moçambique bem como potenciar o desenvolvimento agro-industrial.

A instalação de colonatos significou a expulsão de camponeses africanos dessas terras alguns dos quais já tinham uma base próspera. Embora nalguns colonatos fossem admitidos africanos a pretexto de lhes ensinar hábitos portugueses de trabalho rural estes ocupavam posições subalternas na quantidade e qualidade de terras atribuídas.

Os colonos recebiam financiamentos do estado para a promoção da prática agrícola reembolsável em praso estipulado e em princípio estavam proibidos de utilizar mão-de-obra assalariada.

Esse projecto era uma das linhas de base dos planos de fomento iniciados nos princípios década de 1950 com vista a dar novo impulso à exploração dos recursos de Moçambique.

Já o primeiro plano (1953 - 58) contemplava o "aproveitamento de recursos e povoamentoda economia" e previa investimentos na ordem de 1 848 500 contos sendo aplicados na realidade 1 661 284 contos assim distribuídos:

- Caminhos-de-ferro, Portos e transportes aéreos - 63%
- Aproveitamento de recursos e povoamento - 34%
- Diversos - 3%

A principal obra do plano foi o caminho-de-ferro L.Marques - Malvéria concluído em 1956.

O segundo plano de fomento (1959 - 64) tinha os seus investimentos dirigidos para o povoamento dos colonatos, comunicações e transportes, aproveitamento de recursos agrícolas, florestais, pecuários, hidro-agrícolas, hidro-eléctrico, estudos de cartografia geral e geológicos. Não contemplava a industrialização e pouco se dedicava ao ensino e saúde.

Resumo da Lição



Resumo

Nesta unidade você aprendeu

As medidas de protecção da burguesia portuguesa, adoptadas pelo Estado Novo Salazarista e a neutralidade face à guerra e aos blocos beligerantes e ao afluxo de divisas provenientes das colónias permitiu, uma maior acumulação de reservas e de receitas públicas e permitiu um novo impulso à industrialização de Portugal.

O processo da industrialização de Portugal trouxe como consequência imediata a proletarização de massas significativas de camponeses portugueses.

Assim, ocorre entre 1945/50 e 1960 uma vaga de povoamento colono organizado oficialmente pelo Estado, e que eram canalizados para os colonatos de Limpopo (Gaza), Revue e Sussundenga (Manica), Nova madeira (Niassa) e Montepuez (C.Delgado).

Os colonatos eram uma das linhas de base dos planos de fomento iniciados nos princípios década de 1950 com vista a dar novo impulso à exploração dos recursos de Moçambique.

Caro estudante, agora que ja concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:



Actividades



Actividades

1. Qual foi o impacto das medidas de protecção da burguesia portuguesa adoptada por Salazar?
 - a) Ataque das classes nacionais e coloniais desfavorecidas e a concorrência do capital internacional
 - b) Forte acumulação de capital.
 - c) Neutralidade portuguesa em relação a Segunda Guerra Mundial e aos blocos beligerantes.
 - d) Aumento da dependência em relação ao capital estrangeiro.

2. Assinale com V as afirmações verdadeiras e F as falsas
 - a) A industrialização de Portugal resultou na proletarianização de camponeses que foram enviados para as colónias.
 - b) Ao enviar colonos desempregados, o governo pretendia converter-lhes numa camada leal ao governo.
 - c) Os primeiros colonos chegaram a Moçambique pouco antes do início da Segunda Guerra Mundial.
 - d) Os colonatos foram criados nas principais cidades.
 - e) Os objectivos dos colonatos eram de absorver os desempregados em Portugal, travar o nacionalismo, e potenciar a agro-indústria.

3. Ao promover os planos de fomentos na década de 1950, o estado colonial pretendia:
 - a) Criar uma barreira contra o avanço do nacionalismo
 - b) Dar novo impulso à exploração dos recursos de Moçambique
 - c) Garantir a implantação de colonatos em Moçambique
 - d) Construir o caminho-de-ferro L.Marques – Malvénia



4. Os colonatos tinham como objectivo:
- a) Reeditar o modelo da propriedade rural portuguesa
 - b) Absorver a massa proletarizada em Portugal e potenciar o desenvolvimento agro-industrial em Moçambique.
 - c) Expulsar os camponeses africanos das terras que ocupavam
 - d) Fazer o ordenamento territorial que não era habitual entre os camponeses africanos

Guia de Correção

- 1. b)
- 2.
 - a) V
 - b) V
 - c) F
 - d) F
 - e) V
- 3. b)
- 4. b)

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação



Avaliação

1. Quais os grupos contra os quais o Estado Novo protegia a burguesia portuguesa?
 - a) Classes nacionais e coloniais desfavorecidas e o capital internacional.
 - b) Os movimentos nacionalistas na metrópole
 - c) A classe política nacional
 - d) A alta burguesia metropolitana

2. Qual foi a posição de Portugal na Segunda Guerra Mundial?
 - a) Ficou neutro face à guerra e aos blocos beligerantes
 - b) Esteve do lado do bloco dos aliados
 - c) Posicionou-se ao lado dos países do eixo

3. Assinale com um ✓ a afirmação verdadeira
 - a) Com os colonatos os africanos aprenderam hábitos de trabalho rural, ocupando posições privilegiadas.
 - b) Os colonos recebiam financiamentos do estado para a contratação de mão-de-obra assalariada.
 - c) Com os colonatos tanto os camponeses europeus como os africanos beneficiavam dos financiamentos do estado
 - d) A instalação de colonatos significou a expulsão de camponeses africanos das terras.



4. O primeiro plano de Fomento compreendia o período de:
- a) 1950 - 1953
 - b) 1953 - 1958
 - c) 1955 - 1960
 - d) 1959 – 1964

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Lição 6

Os Conflitos Sociais e a Resistência Anti-colonial

Introdução

A opressão colonial originou a contestação social diversas acções de resistência tais como greves, revoltas e outras formas de luta. Nesta fase a luta esteve a cargo dos estudantes, camponeses e trabalhadores

Após a segunda Guerra Mundial o nacionalismo moçambicano manifestou -se, através das associações, da imprensa e da poesia. Siga então a lição com atenção e veja como se desenrolou o nacionalismo em Moçambique!

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- *Explicar* os factores que desencadearam o nacionalismo entre 1838 e 1844
- *Explicar* indicar as formas de luta neste período
- *Explicar* os factores do incremento do nacionalismo no pós-segunda guerra mundial

A Contestação da Situação Colonial (1938 – 1955)

As práticas opressivas do colonialismo português originaram conflitos sociais e acções de resistência de várias ordens e diferente carácter.

Alguns exemplos:

- ✓ conflito sobre as terras no Mossuril – Nampula
- ✓ As Greves:
- ✓ A greve dos trabalhadores assalariados negros da Beira, 1932
- ✓ A greve da Quinhenta no porto de Lourenço Marques de 1933



Uma das bases da exploração colonial após 1930 foi a repressão política fascista. Embora houvesse uma pequena abertura para a expressão política antifascista logo após a II Guerra Mundial, a repressão à actividade política manteve-se sob variadas formas.

Não obstante a forte repressão, a intensificação da exploração rural e das barreiras raciais no trabalho, a divisão e alienação das terras em benefício dos colonos e a discriminação religiosa inspiraram a oposição dos moçambicanos.

As Formas de luta foram variadas incluindo greves, motins, actividade cultural e literária, entre outras formas. Nesta fase a luta anti-colonial foi conduzida pelos estudantes, cujo número crescia progressivamente, pelos camponeses e trabalhadores

O Reforço do Colonialismo na África Após a II Guerra Mundial

O nacionalismo moçambicano surge como contestação do colonialismo europeu e manifesta-se, principalmente, ao nível das associações, da imprensa e da poesia, na linha dum movimento mais amplo de emancipação africana cuja expressão predominante foi o que se chamou pan-africanismo.

No fim da II Guerra Mundial o clima mundial modifica-se em relação às lutas anti-coloniais, devido a vários factores.

Um dos factores do nacionalismo em Moçambique no pós-guerra tem a ver com a posição dos aliados em relação a luta anti-colonial. Os aliados, que durante a II GM se uniram pelo ideal da liberdade e democracia contra os países fascistas (Alemanha, Itália e Japão), começam, no pós-guerra, a revelar mais as suas diferenças em relação a luta anti-colonial.

A URSS, cuja influência internacional aumentou bastante com a sua participação na luta contra o Fascismo, tomou nesta altura uma postura anti-colonial firme. Por seu turno a Grã-Bretanha, com o Partido Trabalhista no poder desde 1945, adopta uma política da descolonização em relação as suas colónias. Os Estados Unidos defendem uma política de portas abertas à penetração capitalista nas colónias europeias.

No Pós-guerra outras acções estimularam a luta anti-colonial em África:

- A criação da ONU em 1945, que numa das suas declarações obrigava os países colonizadores a prepararem os povos das colónias para a independência;
- Congresso Pan-africano de Manchester em Outubro de 1945 que defendeu a independência imediata de todas as colónias.

Em Portugal as greves em Lisboa e arredores (1942/44), o apoio popular português aos movimentos Pró-democracia e a vitória dos aliados contra o fascismo e ainda as pressões externas (Grã-Bretanha e EUA) abalaram

o regime Salazarista. Este quadro levou o Governo aliviar a opressão colonial e a repressão fascista.

Contudo as mudanças em Portugal foram muito superficiais, mas criaram uma abertura que permitiu ao regime prender os opositores e sujeitá-los à repressão, através do reforço da PIDE e de detenções até 180 dias sem julgamento.

Por outro lado a partir de 1946 a situação internacional modificou-se no sentido de travar o processo a descolonização em África, devido aos receios que surgiram no Ocidente face a crescente influência da URSS.

A nível regional o pós-guerra foi marcado pela crise económica e sócio-política e pela crescente militância dos trabalhadores negros que culminou com as greves dos ferroviários na Rodésia do sul (1945) e dos mineiros na África do sul (1946). Juntou-se a isso a subida do PN na África do Sul (1948) que implantou o Apartheid.

Em Moçambique estes acontecimentos foram acompanhados pelo alargamento das barreiras raciais contra os negros, pela intensificação do trabalho forçado e pelo reforço do controlo sobre os trabalhadores.

O conjunto dos acontecimentos internacionais do pós-guerra e a transmissão das informações e debates que os provocaram encorajaram a oposição ao regime colonial.

Resumo da Lição



Resumo

Nesta unidade você aprendeu

A opressão colonial originou uma forte contestação social bem como acções de resistência tais como greves, revoltas e outras formas de luta.

Nesta fase a luta anti-colonial foi conduzida pelos estudantes, camponeses e trabalhadores

Após a segunda Guerra Mundial o nacionalismo moçambicano surgiu como contestação ao colonialismo e manifestou -se, principalmente, através das associações, da imprensa e da poesia. Nesta fase o nacionalismo foi estimulado por factores como a política da URSS, a política dos EUA, a criação da ONU o Congresso Pan-africano de Manchester em Outubro de 1945 que defendeu a independência imediata de todas as colónias.

Caro estudante, agora que ja concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:



Actividades



Actividades

1. Assinale com um ✓ alguns exemplos de práticas opressivas do colonialismo português que originaram a resistência anti-colonial.
 - a) O conflito sobre as terras no Mossuril
 - b) A ocupação de Nampula por Mouzinho de Albuquerque
 - c) A formação de Companhias

2. Apesar da forte repressão a oposição dos moçambicanos sempre continuou porque:
 - a) A intensificação da exploração rural e das barreiras raciais no trabalho, a discriminação religiosa e outros factores continuavam a provocar o descontentamento popular
 - b) As Formas de luta foram variadas incluindo greves, motins, actividade cultural e literária, entre outras formas.
 - c) Nesta fase a luta anti-colonial foi conduzida pelos estudantes, camponeses e trabalhadores
 - d) Oscamponeses conseguiam fugir a repressão colonial

3. Na década de 1940 o Governo salazarista aliviou a opressão colonial e a repressão fascista porque:
 - a) As mudanças em Portugal foram muito superficiais,
 - b) As mudanças permitiam ao regime prender os opositores e sujeitá-los à repressão
 - c) As greves em Lisboa e arredores , o apoio popular português aos movimentos Pró-democracia e a vitória dos aliados contra o fascismo e as pressões externas abalaram o regime.
 - d) A PIDE foi reforçada e passou a ser permitida fazer detenções até 180 dias sem julgamento.

Respostas

1. a)
2. a)
3. c)

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação**Avaliação**

1. A greve da Quinhenta teve lugar:
 - a) No porto de Lourenço Marques em 1933
 - b) Em Nampula em 1932
 - c) Em Nampula em 1933
 - d) No porto de Lourenço Marques em 1932

2. Quais foram os meios da luta anti-colonial em Moçambique?
 - a) Contestação do colonialismo europeu
 - b) Movimento associativo, imprensa e poesia
 - c) emancipação africana expressa no pan-africanismo.
 - d) Acção militar

3. Assinale com V as afirmações verdadeiras e F as falsas sobre os factores do nacionalismo em África
 - a) Após a Segunda Guerra Mundial a URSS e EUA assumiram, uma posição anti-colonial
 - b) Após a Segunda Guerra Mundial a URSS, foi a única potência que assumiu uma posição anti-colonial.
 - c) A criação da ONU em 1945, foi um dos factores que desencorajou a descolonização em África
 - d) O Congresso Pan-africano de Manchester em Outubro de 1945 foi um dos factores do nacionalismo em África.

As respostas não estão identificadas pelos números das perguntas.



Lição 7

Os Conflitos Sociais e a Resistência Anti-colonial

Introdução

Pouco depois da II Guerra Mundial, surgem em Moçambique várias organizações com motivações nacionalistas como o Movimento dos Jovens Democratas de Moçambique (MJDM) ou o Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique (NESAM).

Outras associações e personalidades deram igualmente o seu contributo neste período. Tenha bom estudo!

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- *Identificar* as principais organizações nacionalistas no pós-guerra
- *Explicar* o papel do NESAM na descolonização de Moçambique
- *Identificar* figuras proeminentes do nacionalismo em Moçambique

As Organizações Nacionalistas no Pós-guerra

Os factores descritos levaram ao surgimento, pouco depois da II Guerra Mundial, de organizações com motivações nacionalistas. Foi nesse contexto que se formou em Moçambique o Movimento dos Jovens Democratas de Moçambique (MJDM).

Seus objectivos:

- Fazer uma intensa propaganda contra o Estado Novo, através da distribuição de panfletos de propaganda política clandestina;
- Combater as grandes injustiças sociais de que estavam a ser vítimas os trabalhadores por parte dos patrões; e
- Promover a unidade de todos os africanos.

Alguns dos seus dirigentes foram Sobral de Campos, Sofia Pomba Guerra, Raposo Beirão, João Mendes, Ricardo Rangel e Noémia de Sousa.

Vigiado pela polícia e limitado pelas divisões impostas ap movimento associativo, este movimento viria a ser reprimido no período de 1948-49, quando os seus principais foram presos e condenados.

Mas a semente da contestação havia sido lançada. Assim, em princípios de 1949, formou-se em Lourenço Marques, com cerca de vinte membros o Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique (NESAM), que funcionava dentro do Centro Associativo de Moçambique (CAM), o novo nome do Instituto Negrófilo.

O objectivo do Núcleo era fomentar a unidade e camaradagem entre os jovens africanos através do desenvolvimento da sua capacidade intelectual, espiritual e física, para melhor servir a sociedade.

Nos primeiros anos da sua existência foi considerada pelas autoridades coloniais como uma organização nacionalista embrionária. Daí ter sido policiada e sob influência da direcção colaoracionista do Centro Associativo, passou a restringir a sua actividades e acções sócio-culturais entre a pequena.camada estudantil negra constituída pelos filhos das famílias dos membros do Centro.

Na segunda metade da década de 1950, a contradição entre o colaboracionismo do Centro e a tendência nacionalista do NESAM, agudizou-se. O NESAM voltou a ser uma plataforma de discussão e comunicação não só sobre o problema da educação discriminatória, mas também do nacionalismo e independência.

Alguns dos seus dirigentes foram: Eduardo Mondlane, Joaquim Chissano, Armando Guebuza, Luís Bernardo Honwana, Augusto Hanguana, Josina Muthemba, Pascoal Mcumbi, Jorge Tembe, entre outros. Por causa das suas ideias o NESAM viria a ser banido em 1965.

Outras associações apareceram um pouco pelas principais cidades de Moçambique. Mas quase, se inicialmente tentaram ser forma organizada de reivindicação de direitos cívicos para os assimilados e mulatos, dentro do império, acabaram por servir os interesses dos grandes empregadores de mão-de-obra, que eram os seus financiadores e de estar sob o controle das autoridades que estavam preocupadas que elas se convertessem em centros de desenvolvimento da consciência nacionalista.

Sintomático é o surgimento em 1935 da Associação dos Naturais de Moçambique, constiuída por brancos nascidos em Moçambique, considerados como “brancos de segunda”. De início servindo os interesses do colonialismo, mas a partir da década de 50, um pequeno grupo de brancos anti-fascistas toma o controle da Associação e abre as portas indivíduos de outras raças. Colabora, a partir de então com o NESAM e vai ministrando nas suas instalações cursos que o sistema não facultava aos negros.



Também em Lisboa, onde se encontravam a estudar assimilados e mulatos de todo império português, a Casa dos Estudantes do Império e o Centro de Estudos Africanos, desempenharam intensas campanhas contra o sistema colonial português.

Formada em Lisboa, a Casa dos Estudantes do Império tinha como objectivo enquadrar as actividades sociais dos jovens assimilados das colónias que iam estudar para Lisboa, desenvolvendo neles o sentimento de lusitanidade.

Estes estudantes africanos, começaram desde finais da década de 1940 a questionar a sua assimilação e a revalorizar a nível conceitual a cultura africana, através de palestras e produção literária.

Esse mesmo objectivo, levou a formação, em Outubro de 1951, do Centro de Estudos Africanos que, ao invés de simples reclamações de direitos cívicos no império questionavam a essência do sistema colonial. Alguns dos participantes deste Centro foram Agostinho Neto, Mário de Andrade, Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos e Noémia de Sousa.

A PIDE não ficaria alheia à actividade do Centro, pelo que muitos dos seus membros tiveram que fugir no início dos anos 50, para outros países. Este centro lançaria as sementes do que viria a ser mais tarde a Conferência das Organizações Nacionalistas das colónias Portuguesas (CONCP), em 1961, em Casablanca.

Se nas cidades surgiram movimentos de contestação, também no campo, contra o sistema colonial de produção as populações revoltaram-se cozendo as sementes, diminuindo o ritmo da produção, fugindo para os países vizinhos, entre outras formas de resistência.

No planalto de Mueda, por exemplo, desenvolveu-se um movimento rural que conseguiu aproveitar, temporariamente, do sistema económico colonial e das circunstâncias específicas locais, para elaborar um sistema de produção que trazia vários benefícios aos produtores, tendo constituído na prática, uma ameaça potencial ao regime colonial, no distrito, e contribuído para as tensões do planalto, nos inícios de 1960. Este movimento foi muito influenciado pelos acontecimentos ocorridos na Tanganhica.

Neste contexto, em 1957, surge, em Cabo Delgado, a Sociedade Algodoeira Africana Voluntária de Moçambique, (SAAVM) dirigida por Lázaro Nkavandame (presidente), João Namimba (vice presidente), Cornélio João Mandanda e Raimundo Pachinuapa (secretários). Inicialmente constituída por doze membros, com o passar do tempo este número foi se alargando, tornando-se uma potencial ameaça política, uma base para possíveis contestações ao regime.

Resumo da Lição



Resumo

Nesta unidade você aprendeu

Pouco depois da II Guerra Mundial, surgiram organizações nacionalistas como o Movimento dos Jovens Democratas de Moçambique (MJDM) que, viria a desaparecer no período de 1948-49, quando os seus líderes foram presos e condenados e o Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique (NESAM), que funcionava dentro do Centro Associativo de Moçambique (CAM).

Outras associações apareceram um pouco pelas principais cidades de Moçambiquetas como: Associação dos Naturais de Moçambique, Casa dos Estudantes do Império e Centro de Estudos Africanos.

No campo como forma de luta anti-colonial, as populações revoltaram-se cozendo as sementes, diminuindo o ritmo da produção, fugindo para os países vizinhos, entre outras formas de resistência. Também formaram movimentos como a Sociedade Algodoeira Africana Voluntária de Moçambique, (SAAVM) formada no planalto de Mueda, em 1957.

Caro estudante, agora que já concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:

Actividades



Actividades

1. Quais eram os objectivos do Movimento dos Jovens Democratas de Moçambique
 - a) Promover a unidade das diferentes forças anti-coloniais
 - b) Fazer propaganda contra o Estado Novo, através de panfletos de propaganda política clandestina;
 - c) Estimular as injustiças sociais de que eram vítimas os trabalhadores por parte dos patrões;
 - d) Promover a unidade de todos os africanos.
 - e) Lutar por uma democracia multipartidária em Moçambique

2. O NESAM foi formado:
 - a) Em Lourenço Marques em 1949
 - b) Em Lisboa em 1949
 - c) Em Lourenço Marques em 1965
 - d) Em Lisboa em 1965

3. Assinale com um ✓ alguns dos dirigentes do NESAM:
 - a) Luís B. Honwana, Sobral de Campos, Josina Muthemba
 - b) Pascoal Mucumbi, Jorge Tembe, Marcelino dos Santos.
 - c) Eduardo Mondlane, Joaquim Chissano, Armando Guebuza
 - d) José Craveirinha, Ricardo Rangel e Noémia de Sousa.

4. Assinale com V as afirmações verdadeiras e F as falsas
 - a) Em Lisboa a luta anti-colonial foi conduzida pela Casa dos Estudantes do Império e o Centro de Estudos Africanos.
 - b) A Casa dos Estudantes do Império pretendia desenvolver nos jovens das colónias a estudar em Lisboa, a lusitanidade.
 - c) A Casa dos Estudantes do Império, questionava a assimilação e esforçava pela revalorização da cultura portuguesa.
 - d) O Centro de Estudos Africanos limitou a sua acção a simples reclamações de direitos cívicos no império
 - e) A PIDE esteve sempre alheia à actividade do Centro, não exercendo sobre os seus membros qualquer represália.



- f) O Centro de Estudos Africanos lançou as bases da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP).

Guia de correcção

1. b), c), d)
2. a)
3. c)
4.
 - a) V
 - b) V
 - c) V
 - d) F
 - e) F
 - f) V

Avaliação



Avaliação

1. Assinale com ✓ alguns dos seus dirigentes do MDJM:
 - a) Marcelino dos Santos, Ricardo Rangel e Noémia de Sousa.
 - b) Sobral de Campos, Ricardo Rangel, Eduardo Mondlane.
 - c) Eduardo Mondlane, Armando guebuza e Noémia de Sousa.
 - d) Sobral de Campos, Ricardo Rangel e Noémia de Sousa.

2. Assinale com V as afirmações verdadeiras e F as falsas
 - a) Nos primeiros anos da sua existência o NESAM foi considerado pelas autoridades coloniais como uma organização nacionalista embrionária e por isso policiado.
 - b) Nos primeiros anos da sua existência o NESAM não era visto como ameaça pelas autoridades coloniais e por isso realizava livremente as suas actividades.
 - c) Por influência da direcção colaboracionista do Centro Associativo, o NESAM restringiu as suas actividades a acções sócio-culturais entre a camada estudantil negra.
 - d) Por influência da direcção colaoracionista do Centro Associativo, o NESAM assumiu uma postura agressiva em relação ao colonialismo.

3. Onde e por quem foi formada a Associação dos Naturais de Moçambique?
 - a) Em Moçambique por brancos nascidos em Moçambique.
 - b) Em Lisboa por estudantes e trabalhadores negros.
 - c) Em Moçambique por negros assimilados.
 - d) Em Lisboa por brancos nascidos em Moçambique.

4. Assinale a alternativa correcta sobre a associação com a qual a Associação dos Naturais de Moçambique colaborava.
 - a) O Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique
 - b) Casa dos Estudantes do Império
 - c) Centro de Estudos Africanos
 - d) Sociedade Algodoeira Africana Voluntária de Moçambique,

Lição 8

A Luta Anti-colonial

Introdução

Nos finais do século XV, após cerca de cinco séculos de presença árabe em Moçambique, iniciou uma nova vaga de mercadores estrangeiros – os mercadores europeus, em particular, portugueses. Ao longo de quase quatro séculos os portugueses estiveram envolvidos no comércio de ouro com os shona do estado dos Mwenemutapa, de marfim com os marave e de escravos com as formações políticas do Vale do Zambeze e os reinos afro-islâmicos da Costa. Será, pois, em torno deste processo que iremos nos debruçar ao longo desta lição.

o concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- *Indicar* as principais razões do incremento da luta anticolonial entre 1955 e 1965
- *Caracterizar* o movimento nacionalista entre 1955 e 1965
- *Explicar* identificas as principais forças nacionalistas no início da década de 1960

A Luta Anti-colonial, 1955-1965

Nos finais dos anos 50, as actividades anti-coloniais em África ganham um novo ímpeto. Após a independência do Ghana em 1957, novos territórios colonizados lutam pela sua independência.

Em Moçambique, a política repressiva do Salazarismo, impediu que surgissem movimentos anti-coloniaialistas. Só restava aos moçambicanos a criação de movimentos nacionalistas no exterior.

Assim, as primeiras tentativas de criar um movimento nacionalista foram feitas pelos moçambicanos que trabalhavam nos países vizinhos e que estavam fora do alcance da PIDE.

Na década de 50, formou-se na África do Sul a Convenção do Povo de Moçambique. Esta organização reclamava a independência de



Moçambique. Pouco mais se sabe desta organização a não ser os nomes de seus líderes, Diniz Monjane, Tomás Nhantumbo e Agostinho Ilunga.

No mesmo período formou-se na Rodésia do Sul a Associação Portuguesa da África Oriental (The Portuguese East African Association).

No Tanganhica, formaram-se em 1958 a União dos Maconde de Tanganhica e de Moçambique e a União dos Makondes e Makua do Zanzibar.

Estes primeiros movimentos não trouxeram grandes resultados práticos e acabaram de desfazendo. Entretanto a semente estava lançada e, no início da década de 1960 surgiram outros movimentos dos quais iria resultar o movimento que assumiu a condução do país para a independência – a FRELIMO.

A UDENAMO (União Democrática de Moçambique), formada em 1960, em Salisbury (hoje Harare – no Zimbabue), por indivíduos oriundos de várias províncias, como Tete, Gaza e Maputo e tinha uma visão mais ampla sobre os problemas dos camponeses e trabalhadores moçambicanos. Esta organização lutava pela independência de Moçambique. Seus principais líderes foram Adelino Guambe e Lopes Tembe.

UNAMI No (União Nacional de Moçambique Independente) fundada em 1961, no Malawi, por exilados da região de Tete que viviam no Malawi. Seu principal líder foi Baltazar Chagonga.

MANU (Mozambique African Nacional Union que significa União Africana Nacional de Moçambique). Formada em Fevereiro de 1961, em Mombaça, Quênia, resultado da Fusão União dos Makonde de Moçambique e de Tanganhica e a União dos Makonde e Makua no Zanzibar, pequenos grupos políticos formados por moçambicanos trabalhando no Tanganyica e no Quênia. A sua principal preocupação era a melhoria das condições dos residentes de Cabo Delgado.

O surgimento destas organizações significou um passo em frente na construção de um movimento nacionalista. Elas colocavam como objectivos a luta anti-colonial e pela independência, ao invés da simples ajuda entre confrades.

As actividades estavam influenciadas pelo clima político dos territórios que os albergavam, que eram colónias em vias de independência de uma potência que praticava a democracia burguesa, a Grã – Bretanha. Por isso limitavam-se a fazer comícios, a angariar membros, a passar-lhes cartões e a recolher fundos para a respectiva organização.

Estas organizações não conseguem ver com clareza a diferença entre uma potência colonizadora atrasada e fascista (Portugal) e uma potência colonizadora desenvolvida com tradições democrático-burguesas (Grã-Bretanha) e capaz de realizar a política do neocolonialismo.

Resumo da Lição



Resumo

Nesta unidade você aprendeu

Entre 1946 e 1961 a luta anti-colonial assumiu novas formas, entre as quais a resistência contra aspectos da exploração colonial, a formação de movimentos políticos e seu acompanhamento cultural e intelectual.

A repressão de todas as actividades políticas impediu que estes movimentos se pudessem desenvolver dentro do país. Foi-lhes negada a possibilidade de evoluir através de um processo de elaboração de programas e de formas de organização, consulta aberta com o povo.

Da mesma forma foi impossível o seu inter-relacionamento ou unificação, impedindo a construção, no interior do país, de um movimento unificado, que representasse as várias camadas sociais em todas as regiões. Deste modo, a luta anti-colonial moçambicana foi bastante diferente das lutas dos territórios vizinhos.

As organizações moçambicanas que se encontravam no Tanganyica, em 1961, reflectiam ainda as circunstâncias da sua origem diversa, entre migrantes radicados no estrangeiro. A MANU estava virada quase exclusivamente para a melhoria das condições dos residentes em Cabo Delgado. A UDENAMO, embora pequena era composta por moçambicanos oriundos de várias províncias, como Tete, Gaza, Maputo e tinha uma visão mais ampla sobre os problemas dos camponeses e trabalhadores moçambicanos. A UNAMI era ainda mais pequena que a UDENAMO e o seu suporte era baseado em Tete e no Sul da Zambézia.

Assim, nos finais de 1961 o avanço da luta anti-colonial passava, não apenas a unificação dos movimentos existentes, mas da construção de um programa e de um aparelho político, capazes de derrubar a forma específica do colonialismo em Moçambique

Caro estudante, agora que já concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:



Actividades



Actividades

1. Assinale um dos factores que estimulou a descolonização em África nos finais dos anos 1950
 - a) A independência do Ghana em 1957
 - b) A luta pela independência nos novos territórios colonizados
 - c) A política repressiva do Salazarismo
 - d) A possibilidade de criar movimentos nacionalistas no exterior

2. Assinale com V as afirmações verdadeiras e F as falsas
 - a) Um dos primeiros movimentos nacionalistas em Moçambique foi a Convenção do Povo de Moçambique formada na década de 50 na África do Sul.
 - b) A Convenção do Povo de Moçambique não reclamava a independência de Moçambique, apenas mais consideração.
 - c) A Associação Portuguesa da África Oriental foi formada nos anos 1950 no Tanganhica.
 - d) A União dos Maconde de Tanganhica e de Moçambique e a União dos Makondes e Makua do Zanzibar foram formadas no Tanganhica em 1958.

Guia de correcção

1. a)

2.
 - a) V
 - b) F
 - c) F
 - d) V

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação



Avaliação

1. Porque é que os movimentos nacionalistas moçambicanos surgiram no exterior?
 - a) A política repressiva do Salazarismo
 - b) A fraqueza dos movimentos anti-colonialistas
 - c) A concentração de moçambicanos nos países vizinhos.
 - d) O alto grau de analfabetismo em Moçambique
2. Preenche o quadro a baixo sobre os movimentos nacionalistas em Moçambique

Organização (nome e sigla)	Data e local de formação	Reivindicação
a)	b)	Lutar pela independência de Moçambique
c)	Fevereiro/ 1961 em Mombaça	d)
UNAMI (_____ _____)	e)	_____

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Lição 9

A Criação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e o Desencadeamento da Luta Armada

Introdução

Em Moçambique o auge do movimento nacionalista consistiu na unificação das diversas forças nacionalistas que surgiram no início da década de 1960 para constituir um só movimento, a FRELIMO. Foi este movimento que, diante da relutância do governo colonial português em conceder independência às suas colónias e a Moçambique em particular decidiu-se pela luta armada como caminho para a independência. Veja então caro aluno nesta lição como é que foi conduzida a luta pela independência nacional. Força!

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- *Explicar* como foi formada a FRELIMO
- *Descrever* descrever as principais etapas da luta arma de libertação nacional

Formação da Frelimo

O acesso de várias antigas colónias à independência no final dos anos 50 e início de 60 e, no caso de Moçambique, a independência do Tanganyica em 1961, abria novas perspectivas para a formação de um movimento de cariz nacional em Moçambique.

Com efeito, a 25 de Junho de 1962, após vários esforços desenvolvidos por Eduardo Mondlane e por outros nacionalistas, nascia em Dar-es-Salaam a FRELIMO (Frente de Libertação de Mçambique).

O primeiro presidente da FRELIMO foi Eduardo Mondlane, considerado o Arquitecto da Unidade Nacional, sendo vice-presidente Urias Simango. Os outros dirigentes do novo movimento eram:

- ✓ Samuel Dhlakama;



- ✓ Lázaro Kavandame (mais tarde Secretário Provincial de Cabo Delgado) e Jonas Namashulua, ambos originários das cooperativas de camponeses de Cabo Delgado;
- ✓ Mateus Muthemba e Shafurdin M. Khan provenientes das associações de ajuda mútua de Lourenço Marques e Xai-Xai, no Sul de Moçambique.
- ✓ Marcelino dos Santos – Secretário do Departamento dos assuntos políticos e mais tarde Secretário dos assuntos externos.

Contudo, factores de divisão que se faziam sentir nos vários movimentos antes de 25 de Junho, continuavam a existir (tribalismo, regionalismo, racismo, falta de definição clara do inimigo e dos objectivos da Frente e a falta de uma estratégia comum). O único aspecto em que todos estavam de acordo era a oposição ao colonialismo português.

Para sanar estas e outras dificuldades, realizou-se de 23 a 28 de Setembro de 1962 em Dar-es-Salaam, o Primeiro Congresso da FRELIMO, dirigido por Eduardo Mondlane, que definiu os principais objectivos da Frente:

- A libertação de Moçambique;
- A conquista da independência total e completa;
- A defesa dos interesses dos moçambicanos

Definidos os objectivos e, como o governo português recuasse negociações pacíficas para conceder a independência de Moçambique, em 25 de Setembro de 1964, a FRELIMO desencadeia a luta armada para conquistar a independência total e completa de Moçambique. Em finais de 1965, já havia várias regiões libertadas em Moçambique e, em 1969, a FRELIMO controlava um quinto do território moçambicano.

Entretanto Eduardo Mondlane é assassinado a 3 de Fevereiro de 1969, sendo substituído, na direcção da FRELIMO por um triunvirato formado por Samora Machel, Urias Simango e Marcelino dos Santos.

A partir da Segunda Guerra Mundial, o governo Salarista sofreu grandes pressões internacionais para descolonizar as suas possessões (não nos esqueçamos que já haviam caído os regimes fascistas e nascera um sentimento anti-colonial muito intenso).

Portugal responde filiando-se na NATO (1949), transforma as colónias em províncias ultramarinas (1951), filia-se na ONU (1955), após comprometer-se a acabar com o trabalho forçado; intensifica a criação de infra-estruturas nas colónias (os planos de fomento); instala a PIDE em Moçambique (1957) e transforma os indígenas em cidadãos abolindo formalmente as culturas forçadas do arroz e do algodão (1961).

Embora estas alterações visassem uma mera alteração formal e não tanto de facto, o avanço da luta armada de libertação nacional, obrigou o regime a recuar, alterando o próprio sistema de exploração capitalista.

O período de 1960 -1963/4 reflectiu essa incerteza por parte do capital investido na província coincidindo com a crise de Sharpeville, na África do Sul e com o fim da federação das Rodésias e Niassalândia. Nesse período baixou também a produção industrial.

O capitalismo colonial estava numa má situação devido ao facto de estarem ameaçadas as próprias raízes do seu sistema de exploração. Com efeito, os principais sectores do sistema colonial de produção baseavam-se na disponibilidade de mão-de-obra barata através da aplicação generalizada do xibalo e das culturas forçadas.

A abolição do trabalho/cultivo forçado e as crescentes limitações que isso impôs à mão-de-obra barata, significaram que a base económica do anterior sistema de exploração capitalista ficou corroída e o capital foi obrigado a modernizar-se, a adoptar tecnologias mais mecanizadas que permitissem maior produtividade do trabalhador.

Assim no período 1964-73 verifica-se uma reestruturação do capital colonial português.

- Nos antigos sectores de produção virados basicamente para a exportação, assiste-se a mecanização (p.e na produção de açúcar) e à viragem da produção camponesa para a produção pelos colonos (o caso do algodão) ;
- Novos sectores industriais aparecem em substituição das importações e o governo adopta medidas proteccionistas à indústria portuguesa;
- Adopta uma política de portas abertas, ao convidar o capital estrangeiro a investir nos territórios coloniais. Em realidade, o capital português não tinha alcançado um nível de desenvolvimento suficiente que lhe permitisse modernizar a produção. Teve que contar com o apoio técnico e tecnológico d capital internacional para realizar s necessários investimentos, mesmo que fosse afectado o âmbito de empreendimentos conjuntos contribuindo o capital português com a parte das finanças. Um exemplo concreto desta política de portas abertas foi a aprovação, em 1969, da construção da barragem de Cahora Bassa, com a participação de capitais sul-africanos, rodesianos e outros.

A política de portas abertas não foi apenas uma necessidade política para assegurar o apoio daqueles contra os movimentos de libertação nacional. Foi também uma necessidade económica perante a incapacidade do capital português em modernizar por si só a base produtiva.

Com a construção da barragem de Cahora Bassa, Portugal pretendia que fosse:



- i. Um obstáculo à passagem dos guerrilheiros da FRELIMO para o Sul do Zambeze;
- ii. Uma área de fixação de colonos, que constituiriam uma barreira humana ao avanço da luta de libertação nacional

Mas a luta pela libertação de Moçambique era irreversível. Em 1970, os portugueses preparam a ofensiva Nô Górdio dirigida pelo general Kaúlza de Arriaga cujo objectivo era acabar com a FRELIMO.

Segundo Newitt (1995: 457) “a FRELIMO foi tomada de surpresa pela dimensão da operação portuguesa, que foi maior que qualquer outra anterior tentativa do exército. Em vez de procurar aguentar-se no Norte e combater Arriaga, a FRELIMO contrariou a ofensiva com o que veio a revelar-se um golpe demestre. As forças de guerrilha retiram-se ante o avanço português e mudaram-se para o distrito de Tete através do Malawi, unicamente possível graças ao apoio de Hastings Banda. A partir de Tete a FRELIMO lança ataques no norte de Tete, obrigando o governo português a mudar de estratégia, o que levou ao descalabro da ofensiva Nô Górdio.

Foi a partir desta derrota que se acelerou a crise capitalista em Moçambique: cessaram os grandes investimentos imperialistas activos desde 1961, a burguesia colona intensificou a fuga de divisas, principiou a sabotagem económica e cresceu o êxodo de colonos. Assim a luta vitoriosa dos movimentos de libertação nacional nos campos militar, político e diplomático e o surgimento, em Portugal, de forças desejosas de acabar com o regime fascista, prepararam o golpe de estado que a 25 de Abril de 1974 – a revolução dos cravos – levou a queda do regime fascista.

O novo governo português foi então forçado a contactar a FRELIMO propondo negociações que iniciaram em Lusaka no dia 5 de Junho de 1974. Em 7 de Setembro de 1974, foram assinados os acordos de Lusaka entre a FRELIMO e o governo português reconhece o direito do povo moçambicano à independência e compromete-se a transferir os poderes que ainda detém sobre Moçambique para a FRELIMO. A data da proclamação da independência é fixada para 25 de Junho de 1975. a 20 de Setembro de 1974 toma posse o Governo de Transição dirigido por Joaquim Chissano.

Resumo da Lição



Resumo

Nesta unidade você aprendeu

A ascensão de vários países à independência no final dos anos 50 e início de 60 e, sobretudo, a independência do Tanganyica em 1961, abriam novas perspectivas para a formação de um movimento de cariz nacional em Moçambique.

A 25 de Junho de 1962, a UDENAMO, UNAMI e MANU foram unificados dando origem a Frente de Libertação de Mçambique (FRELIMO), tendo como presidente Eduardo Mondlane.

A FRELIMO definiu no primeiro Congresso que se realizou de 23 a 28 de Setembro de 1962 em Dar-es-Salaam, como principais objectivos, a conquista da independência total e completa e a defesa dos interesses dos moçambicanos

A recusa do governo português de negociar pacificamente a independência, a FRELIMO desencadeia a luta armada para conquistar a independência total e completa de Moçambique.

Em 7 de Setembro de 1974, foram assinados os acordos de Lusaka entre a FRELIMO e o governo português. A 20 de Setembro de 1974 toma posse o Governo de Transição dirigido por Joaquim Chissano. A independência é proclamada a 25 de Junho de 1975.

Caro estudante, agora que ja concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:



Actividades



Actividades

1. Eduardo Mondlane é considerado o Arquitecto da Unidade Nacional, porque:
 - a) Abandonou o emprego nas Nações Unidas para vir lutar pela independência do seu país
 - b) Foi o responsável pela unificação dos três movimentos
 - c) Iniciou a sua luta pela independência antes da formação da FRELIMO
 - d) Foi o primeiro a idealizar um Moçambique unido do Rovuma ao Maputo.
2. Assinale a alternativa correcta sobre a data e o local do primeiro Congresso da FRELIMO
 - a) 25 de Junho de 1962, em Dar-es-Salaam
 - b) 23 a 28 de Setembro de 1962 em Dar-es-salam
 - c) 25 de Junho de 1964, em Matchedje
 - d) 23 a 28 de Setembro de 1964 em Matchedje
3. As primeiras zonas libertadas em Moçambique surgiram em:
 - a) 1964
 - b) 1965
 - c) 1969
 - d) Após o assassinato de Eduardo Mondlane
4. Para tentar enfrentar a crise o governo colonial tomou várias medidas:
 - a) Mecanização da produção e viragem da produção camponesa para a produção colona;
 - b) Criação de novos sectores industriais em substituição das importações;
 - c) Adopção da política de portas abertas
 - d) Repressão do movimento nacionalista

Guia de Correção

1. b)
2. b)
3. c)
4. c)

Avaliação



Avaliação

1. Assinale a alternativa correcta sobre a data e o local de formação da FRELIMO
 - a) 25 de Junho de 1962, em Dar-es-Salaam
 - b) 23 a 28 de Setembro de 1962 em Dar-es-salam
 - c) 25 de Junho de 1964, em Matchedje
 - d) 23 a 28 de Setembro de 1964 em Matchedje

2. Nos primeiros tempos de existência a FRELIMO enfrentou problemas ligados:
 - a) Dificuldades de armamento e de logística
 - b) Perseguições da PIDE
 - c) Força militar dos portugueses
 - d) Tribalismo, regionalismo, racismo

3. O Primeiro Congresso da FRELIMO foi dirigido por:
 - a) Joaquim Chissano
 - b) Eduardo Mondlane
 - c) Samora Machel
 - d) Marcelino dos Santos

4. Na década de 1960 o colonialismo entrou numa fase de crise que se caracterizou pela:
 - a) Alteração da base económica do sistema capitalista assente numa considerável disponibilidade de mão-de-obra barata através do xibalo e das culturas forçadas
 - b) Desencadeamento da luta armada de libertação nacional
 - c) Crise de Sharpeville na África do sul e pelo fim da Federação das Rodésias e Niassalândia
 - d) Diminuição da produção industrial

5. A política de portas abertas tinha por finalidade:
 - a) Assegurar o apoio de outros países, contra o movimento de libertação nacional.
 - b) Construir a barragem de Cahora Bassa
 - c) Mobilizar capitais perante a incapacidade do capital português em modernizar por si só a base produtiva.
 - d) Estimular o investimento externo e externo

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Soluções

Lição 1

1. c)
2. a) V, b) F, c) V, d) F
3. b)
4. b)

Lição 2

1.
 - a) V
 - b) F
 - c) F
 - d) V
2. a)
3.
 - a) F
 - b) V
 - c) F
 - d) V

Lição 3

1. c)
2. c)
3. a)



Lição 4

1. b)
2. c)
3. c)

Lição 5

1. a)
2. a)
3. d)
4. b)

Lição 6

Falta a identificação numerica das respostas

- a) V
- b) F
- c) F
- d) V

Lição 7

1. d)
2.
a) V, b) F, c) V d) F
3. a)

4. a)

Lição 8

1. a)
- 2.
- a) UDENAMO
 - b) 1960/ Harare
 - c) MANU
 - d) Melhorar as condições da população de Cabo Delgado
 - e) 1961

Lição 9

1. a)
2. d)
3. b)
4. a)
5. c)

Teste Preparação de Final de Módulo 8

Este teste, querido estudante, serve para você se preparar para realizar o Teste de Final de Módulo no CAA. Bom trabalho!

1. Assinale com um ✓ o argumento das autoridades coloniais para a separação entre ensino missionário e ensino oficial
 - a) Os africanos ainda estavam por civilizar enquanto os brancos mulatos e assimilados já eram civilizados.
 - b) As crianças africanas entravam tarde na escola da missão;
 - c) As crianças africanas reprovavam muito;
 - d) O limite de idade para o ingresso na escola secundária era 12/13 anos e o custo das propinas era insuportável para os africanos.

2. Desde o estabelecimento da república até 1926 a vida política portuguesa caracterizou-se por:
 - a) Estabilidade pois vários ministérios sucederam-se ao longo desse período;
 - b) Instabilidade que se manifesta em vários ministérios sucederem-se no Governo português
 - c) Ascensão de Salazar ao poder, e implantação do fascismo em Portugal.

3. Com a cessação dos poderes majestáticos da Companhia de Moçambique os territórios de Manica e Sofala:
 - a) Foram integrados na administração de todo o território, no quadro da política nacionalista de Salazar.
 - b) Passaram para a administração do Zimbabwe

4. Assinale com um ✓ as obrigações das colónias no âmbito do Estado Novo de Salazar:
 - a) Recrutamento de força de trabalho para as empresas capitalistas e dos colonos.
 - b) Estabelecimento de relações comerciais com o exterior

- c) Restringir o controlo político e administrativo das companhias, reduzindo-as à sua base produtiva
 - d) Produzir matérias-primas para vender a Mãe-Pátria em troca de produtos manufacturados (...).
5. Assinale com um ✓ as medidas tomadas pelo Estado Novo para acelerar a acumulação de capital
- a) Destroçou as organizações do proletariado (redução dos sindicatos, supressão dos direitos de greve, etc.) e tentou integrá-las no sistema corporativo
 - b) Atraiu capitais estrangeiros para minimizar a escassez interna
 - c) Estimulou as organizações do proletariado (sindicatos, etc.) e tentou integrá-las no sistema corporativo
 - d) Intensificou a exploração colonial e utilizou o intervencionismo estatal na economia, garantindo a sobre-exploração da mão-de-obra.
6. O lançamento das bases do “Nacionalismo Económico” visando pôr a economia moçambicana verdadeiramente ao serviço de Portugal ocorreu.
- a) Entre 1910 e 1926
 - b) Entre 1930 e 1937
 - c) Em 1930
 - d) Entre 1937 e 1940
7. Assinale com **V** as afirmações verdadeiras e **F** as falsas sobre o Estado Novo.
- a) O Estado Novo nasceu do golpe de estado de 1926 e consolidou-se em 1930 com a ascensão de Salazar a Primeiro-ministro
 - b) O Estado Novo surgiu com a subida de Salazar a Primeiro-ministro e consolidou-se com o golpe de estado de 1930
 - c) O Estado Novo nasceu do golpe de estado de 1926 e consolidou-se em 1928 com a ascensão de Salazar a Primeiro-ministro
 - d) O Estado Novo nasceu do golpe de estado de 1930 e consolidou-se em 1933 com a ascensão de Salazar a Primeiro-ministro

8. Assinale com **V** e **F**
- a) Ao manter os laços com a África do Sul, Salazar orientou-se pelo princípio de "economia de esforço" pois o corte desses laços implicaria o fecho de uma importante fonte de riqueza.
 - b) Ao manter os laços com a África do Sul, Salazar orientou-se pelo princípio de "economia de esforço" pois pretendia manter o apoio a um aliado tradicional.
 - c) Ao manter o envio de mão-de-obra a África do sul, Salazar contou com o apoio dos colonos.
 - d) Ao manter o envio de mão-de-obra a África do sul, Salazar teve que suportar os protestos dos colonos, que reclamavam a falta de trabalhadores para as duas herdades.
9. Assinale com **V** as afirmações verdadeiras e **F** as falsas sobre a assimilação em Moçambique.
- a) As bases da assimilação em Moçambique foram lançadas pelo ensino missionário para os africanos.
 - b) A assimilação dos africanos teve as suas origens no Acto Colonial de 1930.
 - c) Entendidacomo "portugalização" dos africanos, a assimilação pretendia arrastar uma parte dos africanos a favor da portugalidade servindo de ponte entre a população colonizada e o poder colonial.
 - d) A portugalizaçãofoi sempre limitada de modo a evitar que os assimilados reivindicassem direitos iguais aos brancos e impedir um maior fluxo de africanos para as cidades.
 - e) Com a portugalização os assimilados tinham direitos iguais aos brancos e tinham livre acesso as cidades.
10. Algumas acções levadas a cabo para pôr a economia moçambicana verdadeiramente ao serviço de Portugal foram:
- a) Centralização administrativa e política e Redução dos direitos das Companhias;
 - b) Criação de companhias
 - c) Estreitamento das relações com a África do sul
 - a) Promoção da cultura do Algodão e criação de companhias

11. Uma das consequências da crise económica mundial nas colónias foi:
 - a) Redução da produção e dos preços de matérias-primas.
 - b) Aumento da produção
 - c) Aumento de preços, especialmente do amendoim, milho, copra, açúcar e sisal.
 - d) Diminuição dos preços do caju e algodão.

12. Assinale com V as afirmações verdadeiras e F as falsas acerca do cultivo forçado do algodão
 - a) No âmbito do cultivo forçado do algodão os camponeses africanos usavam os seus próprios meios de produção da Companhia mas podiam vender a colheita à companhia que lhes pagasse melhor.
 - b) No âmbito do cultivo forçado do algodão os camponeses africanos usavam os meios de produção da Companhia que lhes forneceu as sementes e vendiam a colheita à mesma.
 - c) No âmbito do cultivo forçado do algodão os camponeses africanos usavam os seus próprios meios de produção e vendiam a colheita à companhia que lhes pagasse melhor.
 - d) No âmbito do cultivo forçado do algodão os camponeses africanos usavam os seus próprios meios de produção e vendiam a colheita à companhia que forneceu as sementes.

13. A Junta de Exportação de Algodão Colonial foi criada em:
 - a) 1936
 - b) 1937
 - c) 1938
 - d) 1939

14. Assinale com um ✓ todos os objectivos que o ensino missionário para os africanos tinha em vista
- a) Obrigar todas as crianças africanas de 7-10 anos residindo num raio 3 km de uma missão a frequentar a escola da missão.
 - b) Formar academicamente os africanos para que fosse capazes de frequentar níveis mais altos incluindo a Universidade
 - c) Aquisição de hábitos e aptidões de trabalho de harmonia com os sexos, condições e conveniências das economias regionais (...),
 - d) O abandono de ociosidades e a preparação de futuros trabalhadores rurais e artífices
15. Depois de mais de uma década de separação entre o estado e a igreja, o Acto Colonial de 1930 renovou o papel especial da igreja católica na colonização, pois:
- a) O Acto colonial colocou fim a separação entre a igreja e o estado
 - b) O Acto colonial foi o primeiro documento formal que regulava as relações entre a igreja e o estado
 - c) O Acto Colonial definia uma nova política que defendia a redução da dependência em relação ao capital estrangeiro
 - d) Concedeu às missões católicas privilégios para se tornarem instrumentos de civilização e influência nacional nas colónias.
16. Nas escolas indígenas a língua de ensino era:
- a) Obrigatoriamente a língua portuguesa
 - b) Obrigatoriamente as línguas indígenas
 - c) Uso facultativo da língua portuguesa e das línguas indígenas
 - d) Obrigatoriamente usadas de forma alternada a língua portuguesa e as línguas indígenas.